

www.betaconcursos.com

20 Questões Adm. Pública

Beta Concursos

1 – ([FCC - 2010 - TRT - 22ª Região \(PI\) - Técnico Judiciário - Área Administrativa](#)) - Arquivos constituídos de documentos em curso ou frequentemente consultados para orientações de trabalho, controles ou tomada de decisões, conservados nos escritórios ou em dependências próximas de fácil acesso, são denominados

- a) Correntes ou de primeira idade.
- b) Intermediários.
- c) Permanentes.
- d) Intermediários de primeira idade.
- e) Permanentes setoriais.

2 – ([FCC - 2010 - TRT - 22ª Região \(PI\) - Técnico Judiciário - Área Administrativa](#)) - Na gestão da qualidade dos serviços públicos, a representação gráfica que permite a visualização dos passos do processo do serviço ofertado ao cidadão, denomina-se

- a) Organograma.
- b) Ciclo PDCA.
- c) Histograma.
- d) Fluxograma.
- e) Gráfico de Pareto.

3 – ([FCC - 2010 - TRT - 22ª Região \(PI\) - Técnico Judiciário - Área Administrativa](#)) - Na gestão da qualidade da administração pública a pesquisa, a avaliação e a apropriação dos melhores modelos de serviços e processos de trabalho de organizações reconhecidas como representantes das melhores práticas, denomina-se

- a) Reengenharia.
- b) Benchmarking.
- c) Matriz GUT.
- d) Método Ishikawa.
- e) Método de Pareto.

4 – ([FCC - 2010 - TRT - 22ª Região \(PI\) - Técnico Judiciário - Área Administrativa](#)) - ação do gestor público na definição dos objetivos e os meios para alcançá-los de forma não aleatória, denomina-se

- a) Organização funcional.
- b) Controle ad hoc.
- c) Coordenação dos recursos.
- d) Função distributiva.
- e) Planejamento governamental.

5 – ([FCC - 2010 - TRT - 22ª Região \(PI\) - Técnico Judiciário - Área Administrativa](#)) - Na organização da Administração Pública, a concessão de um serviço alinha-se com o modelo de estrutura organizacional, denominado

- a) Estruturação matricial.
- b) Desconcentração administrativa.
- c) Descentralização administrativa.
- d) Departamentalização por programas e serviços.
- e) Desconcentração funcional.

6 – ([FCC - 2010 - TRT - 22ª Região \(PI\) - Técnico Judiciário - Área Administrativa](#)) - A Administração Pública brasileira é classificada em administração direta e indireta. É correto afirmar que

- a) a administração direta não é exercida pelos órgãos centrais diretamente integrados à estrutura do Poder Público.
- b) empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, com criação autorizada por lei para a prestação de serviço público ou a exploração de atividade econômica e pertence à administração indireta.
- c) a administração indireta é exercida por entidades centralizadas que mantêm vínculos com o Poder Público, e estão diretamente integradas na sua estrutura.
- d) autarquia é um ente autônomo, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio e recursos próprios e pertence à administração direta.
- e) fundação governamental ou pública é um patrimônio total ou parcialmente público, instituído pelo Estado e cuja função é a realização de determinados fins, pertence à administração direta.

7 – ([FCC - 2010 - TRT - 22ª Região \(PI\) - Técnico Judiciário - Área Administrativa](#)) - O princípio da administração pública que tem por fundamento que qualquer atividade de gestão pública deve ser dirigida a todos os cidadãos, sem a determinação de pessoa ou discriminação de qualquer natureza, denomina-se

- a) Eficiência.
- b) Moralidade.
- c) Legalidade.
- d) Finalidade.
- e) Impessoalidade.

8 – ([FCC - 2010 - TRT - 12ª Região \(SC\) - Técnico Judiciário - Área Administrativa](#)) - De acordo com a Resolução nº 70/2009, o Conselho Nacional de Justiça e os tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal elaborarão os seus respectivos planejamentos estratégicos, alinhados ao Plano Estratégico Nacional, com abrangência mínima de

- a) 10 anos.
- b) 3 anos.
- c) 5 anos.
- d) 2 anos.
- e) 4 anos.

9 – ([FCC - 2010 - TRT - 12ª Região \(SC\) - Técnico Judiciário - Área Administrativa](#)) - Orienta a elaboração do orçamento e sua execução, determinando que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes que integram a esfera de governo. Trata-se do Princípio da

- a) Universalidade.
- b) Entidade.
- c) Anualidade.
- d) Competência.
- e) Unidade.

10 – ([FCC - 2010 - TRT - 12ª Região \(SC\) - Técnico Judiciário - Área Administrativa](#)) - Os tribunais promoverão Reuniões de Análise da Estratégia ? RAE trimestrais, oportunidade em que poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho, com a finalidade de, dentre outras,

- a) preceder reuniões preparatórias com representantes dos tribunais com as associações nacionais.
- b) sugerir a estruturação das atividades dos Núcleos de Gestão Estratégica.
- c) acompanhar os resultados das metas fixadas.
- d) coordenar as atividades de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário.

e) regulamentar o Comitê Gestor Nacional no auxílio do planejamento da gestão estratégica do Poder Judiciário.

11 – ([FCC - 2010 - TRT - 12ª Região \(SC\) - Analista Judiciário - Área Judiciária](#)) - A respeito do ciclo PDCA, analise:

- I. Consiste em uma sequência de passos utilizada para controlar qualquer processo definido.
- II. É uma ferramenta que auxilia na organização do processo de implementação de melhorias, dando uma diretriz para a condução desses processos.
- III. É usado para identificar uma ou duas categorias de situação nas quais a maioria dos problemas ocorre. Essa ferramenta enfoca o esforço nas categorias que oferecem maior potencial de melhoria, exibindo suas frequências relativas.

Está correto o que consta APENAS em

- a) III.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I.
- e) II e III.

12 – ([FCC - 2010 - TRT - 12ª Região \(SC\) - Analista Judiciário - Área Judiciária](#)) - O princípio orçamentário que determina que deverão ser incluídos no orçamento, exclusivamente, assuntos que lhe sejam pertinentes, refere-se ao Princípio

- a) da Unidade.
- b) da Programação.
- c) da Competência.
- d) do Equilíbrio.
- e) da Exclusividade.

13 – ([FCC - 2010 - TRT - 12ª Região \(SC\) - Analista Judiciário - Área Judiciária](#)) - Considere:

- I. Orçamento por programas é uma modalidade de orçamento que está intimamente associada ao planejamento, traduzindo amplamente o plano de trabalho do governo, com a indicação dos programas e das ações a serem realizados, inclusive com a discriminação dos projetos e atividades, bem como dos montantes e das fontes de recursos a serem utilizados em sua execução.
- II. Orçamento por programas tem como função principal propiciar o controle político sobre as finanças públicas, valendo-se de técnicas contábeis, realizando o confronto entre as receitas e despesas, buscando manter o equilíbrio financeiro e evitar ao máximo a expansão descontrolada dos gastos.
- III. Orçamento por programas é uma modalidade de orçamento que incentiva os órgãos setoriais a pressionarem o governo por contínua ampliação dos gastos, sem que haja uma avaliação quanto ao alinhamento das novas despesas com a política de governo, suas estratégias e diretrizes.

Está correto o que consta APENAS em

- a) II.
- b) I.

ANOTAÇÕES:

- ☞ **teoria da 3 idades do arquivos e/ou ciclo vital dos documentos** no qual **consiste em classificar os estágios ou fases pelas quais passam os documentos dentro da instituição**. São definidas em 3 fases, como:
 - A) **Corrente**: são também chamados de arquivos de primeira idade, pois se constitui de documento em curso (emprestado a outros setores com relativa frequência) ou consultado frequentemente, conservados nos escritórios ou nas repartições que receberam e os produziram ou em dependências próximas de fácil acesso;
 - B) **Intermediário**: constituídos de documentos que deixaram de ser frequentemente consultados, mas cujos órgãos que os receberam e os produziram podem ainda solicitá-los, para tratar de assuntos idênticos ou retomar um problema novamente focalizado. Não há proximidade de serem conservados próximos aos escritórios;
 - C) **Permanente**: constituídos que perderam todo valor de natureza administrativa e que se conservam em razão de seu valor histórico ou documental e que constituem os meios de conhecer o passado e sua evolução.
- ☞ **Organograma** = gráfico que representa a estrutura formal, hierarquia, de uma organização.
- ☞ **Ciclo PDCA** = modelo que possibilita uma abordagem metódica para a solução de problemas e melhoria contínua.
- ☞ **Histograma** = gráfico indicador de distribuição de dados.
- ☞ **Fluxograma** = gráfico que dá o fluxo de determinado processo ou sequência, início, meio e fim.
- ☞ **Gráfico de Pareto** = gráfico de barras que ordena a frequência das ocorrências, de maior para menor, permitindo a priorização dos problemas.
- ☞ **Benchmarking** é a busca das melhores práticas na indústria que conduzem ao desempenho superior. É visto como um processo positivo e pró-ativo por meio do qual uma empresa examina como outra realiza uma função específica a fim de melhorar como realizar a mesma ou uma função semelhante. O processo de comparação do desempenho entre dois ou mais sistemas é chamado de benchmarking, e as cargas usadas são chamadas de benchmark.
- ☞ O **planejamento** é uma ferramenta administrativa, **governamental** ou privada, que possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos, construir um referencial futuro, estruturando o trâmite adequado e reavaliar todo o processo a que o planejamento se destina.
- ☞ A descentralização administrativa ocorre quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas, e não pela administração direta. Desse modo, pressupõe-se que haja duas pessoas distintas: o Estado (União, estados, DF, município) e a pessoa que executará o serviço. A descentralização pode ocorrer por outorga (descentralização por serviços) ou por delegação (descentralização por colaboração).
- ☞ Descentralização por outorga - o Estado cria uma entidade, pessoa jurídica, e a ela transfere a titularidade de determinado serviço. A outorga pressupõe a edição de uma lei que crie ou autorize

a criação desta entidade, e normalmente é por prazo indeterminado. ex: autarquias, empresas públicas, soc. de econ. mista e fundações públicas.

- ☞ Descentralização por delegação - o Estado transfere por contrato (concessão ou permissão de serviços públicos) ou por ato unilateral (autorização de serviços públicos), unicamente a execução e não a titularidade do serviço como ocorre na outorga. A pessoa delegada presta o serviço à população em nome próprio e por sua conta e risco, sob fiscalização do Estado. Vale ressaltar que a delegação por contrato é sempre por prazo determinado.
- ☞ A autarquia é ente administrativo autônomo, criado por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas. Os recursos são considerados patrimônio público.
- ☞ as fundações são entidades de Direito Público, integrantes da Administração indireta; prestam-se, principalmente, à realização de atividades não lucrativas e atípicas do Poder Público, mas de interesse coletivo.
- ☞ **Princípio Universalidade:** Princípio pelo qual o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado. Indispensável para o controle parlamentar, pois possibilita :
 - a) conhecer a priori todas as receitas e despesas do governo e dar prévia autorização para respectiva arrecadação e realização;
 - b) impedir ao Executivo a realização de qualquer operação de receita e de despesa sem prévia autorização Legislativa;
 - c) conhecer o exato volume global das despesas projetadas pelo governo, a fim de autorizar a cobrança de tributos estritamente necessários para atendê-las.
- ☞ **Princípio Entidade:** É um princípio fundamental da Contabilidade.
- ☞ **Princípio Anualidade:** O orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, geralmente um ano. A exceção se dá nos créditos especiais e extraordinário autorizados nos últimos quatro meses do exercício, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício subsequente.
- ☞ **Princípio Unidade:** O orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um orçamento para dado exercício financeiro. Dessa forma integrado, é possível obter eficazmente um retrato geral das finanças públicas e, o mais importante, permite-se ao Poder Legislativo o controle racional e direto das operações financeiras de responsabilidade do Executivo.
- ☞ O ciclo PDCA (Plan-Do-Check-Act / Planejar-Fazer-Verificar-Agir) ou ciclo de [Shewhart](#) ou ciclo de [Deming](#) consiste em uma sequência de passos utilizada para controlar qualquer processo definido. É uma ferramenta que auxilia na organização do processo de implementação de melhorias, dando uma diretriz para a condução de tais projetos / processo. É também utilizada para o planejamento de testes para obtenção de informações a respeito de um processo, antes da implementação de uma melhoria.
- ☞ O princípio da **exclusividade**, ou da pureza orçamentária, **limita o conteúdo da lei orçamentária**, impedindo que nela se pretendam incluir normas pertencentes a outros campos jurídicos, como forma de se tirar proveito de um processo legislativo mais rápido. A lei orçamentária não deve conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas: a autorização para abertura de créditos suplementares e para operações de crédito como antecipação de receita; e a determinação do destino a dar ao saldo do exercício ou do modo de cobrir o déficit.

- ☞ o **Art. 6º do Decreto Nº 2.271/97**, A administração deve indicar um gestor do contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, cabendo-lhe a atribuição ~~à autoridade máxima do órgão ou da entidade~~ do registro das ocorrências e a adoção das providências necessárias ao cumprimento do contrato, tendo por parâmetro os resultados nele previstos.
- ☞ As contratações visando à prestação de serviços, efetuadas por empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União, serão disciplinadas por resoluções do Conselho de Coordenação das Empresas Estatais - CCE.
- ☞ As fases das licitações são:
 - A) Fase interna: Também chamada de fase preparatória (preparação), é nela que são determinadas a modalidade, o tipo e demais condições do processo de licitação. É na fase interna que o instrumento convocatório é elaborado, recebe parecer jurídico, revisado e é aprovado. Esta fase se inicia com a ordem da autoridade competente para que se compre determinado bem ou serviço constante em requisição de materiais ou serviços ou outra solicitação administrativa.
 - B) **Fase externa: A fase externa, ou pública, inicia-se com a publicação do instrumento convocatório (convocação), passa pela recepção das propostas, habilitação dos licitantes (habilitação), julgamento das propostas (competição), adjudicação dos itens aos vencedores (contratação) e a homologação do processo e por fim a execução.(não necessariamente nesta ordem).**
- ☞ o **prazo máximo para publicação não é definido**. Pela lei, apenas é definido que o contrato deverá ser entregue a gráfica do Diário Oficial **até o 5º dia útil do mês seguinte** a sua assinatura. Nos termos da lei, a gráfica do Diário Oficial deverá publica-lo em **até 20 dias**, após tê-lo recebido.
- ☞ Contrato de adesão -- Contrato no qual uma das partes estipula todas as cláusulas a que a outra adere sem poder modificá-las. Com efeito, o contrato de adesão se caracteriza pela ausência de participação de uma das partes na estipulação das cláusulas contratuais, de forma que a parte inativa simplesmente a elas adere.